

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO  
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA RAH  
ENERGIA SUSTENTAVEL LTDA – ME RELATIVO  
AO NÃO CREDENCIAMENTO DA MESMA NO  
PROCESSO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO  
DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS  
DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2018 –  
SEBRAE/MT.**

A Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital, prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **RAH ENERGIA SUSTENTAVEL LTDA – ME**.

**1. DO RECURSO**

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **RAH ENERGIA SUSTENTAVEL LTDA - ME** contra sua não habilitação em Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT. O recurso foi recebido tempestivamente em 16/11/2018, via e-mail.

A recorrente **RAH ENERGIA SUSTENTAVEL LTDA - ME**, alegou em apertada síntese:

1. À época do envio da documentação física, nem todas as certidões encontravam-se com suas datas vigentes, algumas estavam em processo de liberação pelos respectivos órgãos. Portanto, foram enviadas as certidões existentes. No EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA SEBRAE/MT Nº 01/2018, na sua página onze, orienta a serem enviados os recursos no e-mail: candidatos.sgf@mt.sebrae.com.br. Portanto, seguem anexados todos os documentos listados na página oito do referido Edital. Caso seja necessária a apresentação física, ficamos aguardando uma resposta da comissão avaliadora dos recursos neste e-mail.
2. Pede revisão e fica no aguardo da resposta para enviar ou não os documentos.

É o relatório.

**2. DO JULGAMENTO**

**2.1 - PRELIMINARMENTE**

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

*“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”*

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidos daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

## 2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Da análise realizada, houve não atendimento ao item 3.1 Etapa 2 – Envio de documentos físico em envelope lacrado do Edital 01/2018.

No entanto, em que pese a solicitação enviada ao representante da empresa. Verificamos que o mesmo não cumpriu com as exigências editalícias no tocante de apresentação dos documentos físicos em envelope lacrado dentro do prazo estipulado para saneamento, qual seja até 30/08/2018.

Em razão do exposto e não havendo motivos que justifiquem a retificação da decisão de não habilitação da empresa recorrente, esta Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital – CRAHJQT do SEBRAE/MT **recomenda** à Autoridade Competente considerar **IMPROCEDENTE** o recurso acima analisado, pelas razões expostas.

Cuiabá/MT, 27 de novembro de 2018.

Comissão Responsável pela Avaliação e Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital SGF 01/2018:

*[Documento original assinado no processo]*

**Zaira de Melo Pereira**  
Presidente da Comissão

*[Documento original assinado no processo]*

**Jonilson Anelli**  
Membro da Comissão

*[Documento original assinado no processo]*

**Adriana Rodrigues da Silva**  
Membro da Comissão

Em 27 (vinte e sete) de novembro de 2018, eu Diretor Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **RAH ENERGIA SUSTENTAVEL LTDA – ME**, adotando os fundamentos expostos pela comissão, **mantenho a decisão quanto a não habilitação da empresa.**

Cuiabá/MT, 27 (vinte e sete) de novembro de 2018.

*[Documento original assinado no processo]*

**JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO**  
Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso